

ENTRE O RURAL E O URBANO: ANALISANDO A DINÂMICA DO TRABALHO DOMÉSTICO EM OURO FINO (MG)

ENTRE EL RURAL Y EL URBANO: ANALIZANDO LA DINÁMICA DEL TRABAJO DOMÉSTICO EN OURO FINO (MG)

BETWEEN RURAL AND URBAN: ANALYZING THE HOUSEWORK DYNAMICS IN OURO FINO (MG)

Alina Pacheco Govea¹

Resumo: Este artigo busca compreender como o trabalho doméstico e reprodutivo se encaixa na dinâmica social e econômica da cidade de Ouro Fino, no sul de Minas Gerais. Para isso, mobilizaremos categorias de análise como divisão sexual e racial do trabalho, a fim de repensar as interseções das desigualdades sociais entre raça, classe e gênero, que, por sua vez, integram a suposta dicotomia entre a vida do campo e da cidade. Busca-se inscrever a realidade ourofinense na dinâmica da divisão sexual e racial do trabalho que compõe as sociabilidades, sejam urbanas ou rurais, desde o processo de formação espacial, territorial e de cidadania no Brasil.

Palavras chave: Divisão sexual e racial do trabalho; dicotomia rural-urbana; mito da democracia racial; mito do desenvolvimento.

Abstract: This article aims to understand how domestic and reproductive work fits into the social and economic dynamics of Ouro Fino, a city in the south of Minas Gerais. In order to do so, we will mobilize categories of analysis such as sexual and racial division of work, in order to rethink the intersections of social inequalities among race, class and gender, which integrate the supposed dichotomy between country and city life. We seek to inscribe the Ouro Fino's reality into the dynamics of the sexual and racial division of work that make up sociability, whether urban or rural, from the process of spatial, territorial and citizenship formation in Brazil.

Keywords: Sexual and racial division of labor; rural-urban dichotomy; racial democracy myth; development myth.

Resumen; Este artículo búsqueda comprender cómo el trabajo doméstico y reproductivo se encaja en la dinámica social y económica en la ciudad de Ouro Fino, al sur de Minas Gerais. Para eso, movilizamos las categorías de análisis como división sexual y racial del trabajo, con el fin de repensar las intersecciones de las desigualdades sociales entre raza, clase y género que, por su vez, integran la supuesta dicotomía entre la vida del campo y de la ciudad. Se busca inscribir la realidad ourofinense en la dinámica de a división sexual y racial del trabajo que componen las sociabilidades, sean urbanas o rurales, desde el proceso de formación espacial, territorial y de la ciudadanía en el Brasil.

¹ Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Possui bacharelado em Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: goveaalina@gmail.com

Palabras-clave: División sexual y racial del trabajo; dicotomía rural-urbana; mito de la democracia racial; mito del desarrollo.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento que busca verificar as condições de vida e de trabalho das trabalhadoras domésticas situadas na cidade de Ouro Fino, na região sul de Minas Gerais. A temática sobre a formação das relações raciais e de gênero é fundamental para compreender a dinâmica do trabalho na atualidade, em especial do trabalho doméstico. Pretende-se problematizar vários temas: de um lado, repensar a dicotomia entre rural-urbano, que considera os dois espaços distintos, apesar de se valerem da mesma lógica capitalista e ocidental de colonização; do outro, a própria divisão social, sexual e racial do trabalho, estruturante no sistema capitalista. Busca-se pensar o valor político e social do trabalho doméstico, como categoria produtiva e produtora de valor no meio rural.

A metodologia foi inicialmente pensada para a realização de procedimentos de triangulação metodológica, com seleção de textos e materiais de significantes da vida social, a partir da qual seria elaborada um corpus de pesquisa textual, conceitual, teórico e linguístico a partir de entrevistas, para captar e atribuir compreensão à realidade social estudada. O método de “Entrevista em Profundidade” foi escolhido a fim de compreender os processos das relações sociais do grupo entrevistado. Contudo, devido ao cenário internacional pandêmico causado pela Covid-19, as entrevistas não foram realizadas, logo, a pesquisa desenvolvida consiste em uma análise de documentos e textos produzidos na cidade e de dados do IBGE e secundários disponibilizados por plataformas digitais.

APONTAMENTOS PARA UM DEBATE TEÓRICO SOBRE O CAPITALISMO LATINO-AMERICANO: UM MODELO DE PRESSUPOSTOS NA EXPLORAÇÃO

Considerando a formação sócio-histórica e política do Brasil (e da América Latina), é necessário compreender as relações sociais atreladas à herança escravocrata e patriarcal da época da colônia que se combinam com estruturas de raça, classe e gênero. Este artigo, portanto, surge como fruto de um acúmulo de investigação ainda em andamento que busca pensar o valor político e social do trabalho doméstico como categoria produtiva, realizado no meio rural para a reprodução do sistema econômico. Abordará, também, o tema das relações

raciais e de gênero na cidade e de que forma elas compõem a dinâmica sociopolítica e econômica que construiu a cidade de Ouro Fino, no sul de Minas Gerais.

Segundo os autores Godoy e Cunha (2003), o estado de Minas Gerais deve ser estudado a partir da realidade econômica estruturada em uma sólida análise regionalizada, a fim de vislumbrar o caráter dinâmico e o processo histórico de ocupação da região mineira nos séculos XVIII e XIX. Para esses autores, o primeiro desenho urbano de Minas se inscreve em um processo complexo de produção social do espaço. Isto é,

O urbano que se conforma a partir do espaço da ‘cidade mineradora’, responderia desde logo a um conjunto de forças internas e externas ao território das Minas, que diferenciariam regiões e muito cedo se pronunciariam sob a forma de uma complexa relação campo-cidade (CUNHA e GODOY, 2003, p. 2).

Fazendo crítica à sociologia rural e urbana clássicas, Henri Lefebvre (2011) foi um dos autores europeus a se debruçar sobre o tema da produção social do espaço. Por meio de um viés marxista, analisa a cidade ligada ao seu modo de produção e defende que os processos de urbanização ligados à modernização levariam ao fim do espaço rural. Considera, ainda, que a industrialização é o ponto de partida da problemática da urbanização e que o “tecido urbano” traz em seu bojo econômico um modo de vida. Logo, o fenômeno da urbanização marca as relações sociais de produção e de conflito de classes. A vida urbana penetra a vida camponesa, e em escala global, o conflito entre cidade campo está longe de ser resolvido, pois, no cerne dessa separação e contradição cidade-campo, está a divisão social do trabalho (LEFEBVRE, 2011).

Como o próprio autor aponta, pensar que esse processo se estende pelo planeta de forma igual e homogênea é um equívoco; ser urbano não tem como consequência inevitável a industrialização, por exemplo. Ou seja, a ideia de urbanização crescente no campo reflete a dinâmica de sociedade europeia, e não um padrão global. Da mesma forma, as medidas modernizadoras relacionadas à agricultura são formuladas no padrão de produção (e de modo de vida) urbano-industrial-moderno ocidental. Alguns estudiosos brasileiros também direcionaram sua pesquisa a partir da hipótese de uma homogeneização do campo pela cidade, como é o caso de Octavio Ianni (1994) que considera que o “[...] desenvolvimento extensivo e intensivo no capitalismo no campo é também o desenvolvimento extensivo e intensivo da urbanização, secularização, individualização, racionalização” (IANNI, 1994, p. 18-19).

A ideia de “desenvolvimento intensivo da urbanização” não se concretizou na maioria das realidades econômicas e sociais dos países que se constituíram a partir das raízes de uma lógica colonial e de dominação (QUIJANO, 2005). A subordinação do campo pela cidade se

mantém justamente para reproduzir os modos de produção do capital; por debaixo da poeira da diferenciação dos dois espaços, a complexa divisão social do trabalho se transforma em uma complexa relação de poder entre os grupos; e mais ainda, em escala global, se configura em uma profunda divisão internacional do trabalho. Desse modo, o trabalho no campo e em regiões periféricas, mal remunerado, ou não remunerado, permitem explorar ainda mais o/a trabalhador/a assalariado/a e obter uma constante transferência de riquezas das áreas rurais para as urbanas. Da mesma maneira que o trabalho escravizado no Brasil – e talvez em toda a América Latina - transferiu (e transfere) valor para o trabalho, assalariado ou não, nos países centrais (QUIJANO, 2005; MARINI, 2008; FEDERICI, 2017).

Em termos de divisão internacional e social do trabalho, nos países latino-americanos, o modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola foi o de monoculturas em grandes fazendas, com a utilização do trabalho escravizado de povos africanos e povos originários. Portanto, deve-se levar em consideração que “[...] o desenvolvimento da produção latinoamericana, que permite à região contribuir a esta mudança qualitativa nos países centrais, se derá fundamentalmente com base na maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2008, p. 115, tradução nossa)², pois, ao contrário da afirmação de Henri Lefebvre (2011) de que “[...] a industrialização caracteriza a sociedade moderna” (LEFEVBRE, 2011, p.11), consideramos que o que caracteriza a sociedade urbana-industrial-moderna ocidental é a expropriação dos bens materiais e a exploração da força de trabalho escravizado empregada nas Américas.

Marx e Engels (2007), historicizando as relações sociais e o fenômeno da “família” como algo social, apontam que a origem da divisão social do trabalho está centrada na família burguesa. Esta divisão social fez parte de uma divisão sexual do trabalho devido a uma transformação na organização da família, de uma sociedade matriarcal para uma sociedade patriarcal, na qual reverbera, agora, a lógica da monogamia para a sucessão da herança. Eis, portanto, a lógica do capital centrada na propriedade privada, dado que “[...] a oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada” (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

² No original: “el desarrollo de la producción latinoamericana, que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador”.

Na era globalizada, com o desenvolvimento do campo e os avanços tecnológicos, novas formas de ocupação vêm surgindo no meio rural, denominadas “pluriatividades”, que combinam trabalhos agrícolas e atividades exercidas fora de casa (SILVA e SCHNEIDER, 2010). Esta forma de ocupação em atividades não agrícolas vem ganhando mais espaço no meio rural, principalmente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho em atividades não agrícolas.

No entanto, vale a pena questionar-se quais tipos de trabalhos são acessíveis e destinados a essas mulheres que muitas vezes têm pouca escolaridade e poucas oportunidades de mobilidade social. Consideramos que o termo “pluriatividade”, mobilizado por estudos da sociologia rural, acaba por invisibilizar algumas atividades que são fundamentais para a reprodução da força de trabalho, que é o caso do trabalho doméstico, ocupação que mais cresceu nas famílias “pluriativas” no meio rural (NASCIMENTO, 2002). Por este motivo, utilizaremos o termo “trabalho doméstico” para se referir ao objeto de pesquisa, ainda que este esteja acompanhado por atividades cotidianas do meio rural, por exemplo, a agricultura de subsistência, caso haja alguma ocorrência de famílias pluriativas que combinem agricultura com o trabalho doméstico.

A falta de mapeamento de dados sobre o trabalho doméstico no meio rural é um desafio na hora de se avaliar as condições de vida das mulheres rurais e suas experiências cotidianas, centrais para a compreensão do tema desta pesquisa. (FARIA, 2011). É por isso que focalizamos o emprego doméstico, uma categoria produtiva tanto no centro urbano quanto nas zonas rurais.

A COMPLEXA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: A REPRODUÇÃO DO TRABALHO E AS OPRESSÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Vale a pena comentar as questões de economia reprodutiva e reprodução do sistema econômico e como elas se relacionam às tentativas de distinção entre o rural e o urbano. Compreende-se que a reprodução do trabalho é um elemento fundamental da reprodução do sistema econômico (PASCOAL, 2007), isto é, o contingente de trabalho dedicado à manutenção do trabalhador é fundamental para a organização do capital. Dessa forma, o trabalho realizado no campo, tanto para a produção de matérias primas quanto para a produção de materiais de subsistência e consumo do trabalhador do campo e da cidade, é indispensável para o sistema econômico (CARNEIRO, 1998; FARIA, 2011). Em um mundo

globalizado, a dificuldade em se calcular o contingente de trabalho, o tempo de trabalho gasto na agricultura e como esse tipo de trabalho transfere valor às zonas urbanas, se repetem em outro tipo de atividade econômica, o trabalho doméstico, cujo valor é transferido à “economia produtiva” (FEDERICI, 2017; SHIVA e MIES, 2014).

O interesse desta pesquisa surge, portanto, da necessidade de se problematizar a suposta separação e diferenciação entre o rural e o urbano, mas sobretudo, como uma crítica à separação entre produtivo e reprodutivo. Entende-se por trabalho doméstico e de cuidados todas as atividades responsáveis pela reprodução da força de trabalho, como cozinhar, limpar, cuidar, passar etc. Estas categorias são compreendidas e reduzidas, em análises clássicas dentro da sociologia econômica, como pertencentes à economia reprodutiva, a qual não produz valor direto. No entanto, a reprodução do trabalho é fundamental para que se mantenha a ordem de produção na economia produtiva; logo, trata-se de um trabalho, mas supõe-se que seja por amor (FEDERICI, 2017). Além disso, muitos trabalhos realizados por mulheres no campo são tidos como “ajuda” pelos companheiros dessas mulheres, e são considerados como extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2011), em especial na agricultura de subsistência que, muitas vezes, se dá de forma organizacional e de controle familiar sobre a terra. Isso invisibiliza e mascara a importância dos trabalhos das mulheres, em especial do trabalho doméstico e de cuidados, para o capital, já que são excluídos das análises sociais sobre a economia.

A reprodução da condição humana é elemento estrutural na produção do capital, e qualquer tentativa de externalizar os gastos é estratégica; isto é, o trabalho doméstico e de cuidados é ainda mais apropriado pelo capital, principalmente quando realizado em regiões periféricas do capitalismo ou em zonas rurais (DELPHY, 2015; FEDERICI, 2013; 2017; MIES & SHIVA, 2014), justamente devido à possibilidade de submetê-lo ao âmbito privado, ao foro íntimo das famílias. Acrescente-se a isso a soma de capital transferido e o contingente de trabalho realizado por mulheres (FEDERICI, 2017), sejam elas camponesas de países centrais ou trabalhadoras de regiões periféricas de países “subdesenvolvidos”; Shiva e Mies identificaram que “o sistema de mercado mundial imperante, orientado ao crescimento sem fim de obtenção infinita de benefícios; não poderia se manter sem a exploração de algumas colônias externas e internas: a natureza, as mulheres e os outros povos [...]” (SHIVA e MIES,

2014, p. 131, tradução nossa)³. As autoras feministas se puseram a analisar as categorias de relações patriarcal⁴-racista⁵-capitalista, agregando-lhes historicidade e adaptando-as a cada sociedade, pois fazem parte (e constituem) a divisão do trabalho social.

Tendo em vista uma era globalizada e o processo histórico pelo qual ocorreu essa globalização, é inevitável debater acerca da colonização e do papel que a hierarquização entre as raças e os trabalhos destinados à cada grupo racialmente diferenciado tiveram no acúmulo do capital, dado que a raça era uma prerrogativa na determinação de quem trabalhava em lavouras de café, de cana-de-açúcar, dentre outros; além disso, há aqueles trabalhos que “não precisam” de qualificação e são socialmente desvalorizados.

Angela Davis (2016) aponta que a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada da maioria das mulheres brancas como parte de uma ideologia da feminilidade – subproduto da industrialização – e que

[As] mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separadas do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca (DAVIS, 2016, p. 24).

No entanto, palavras como “mãe” e “dona de casa” não estão presentes no vocabulário que se referia às mulheres negras escravizadas; isso se justifica pelas estruturas econômicas da escravatura, dado que tais termos contradizem os papéis sexuais hierárquicos incorporados pela nova ideologia sobre a família, pois o “sistema escravista definia o povo preto como propriedade” (DAVIS, 2016, p. 17).

Pensar a dupla exploração-dominação como única categoria mobilizada pelo capitalismo é um equívoco, já que não abarca todas as formas de opressão presentes na sociedade; por isso, acrescentamos a ideia de subalternização. O racismo, por exemplo, pode

³ No original: "el sistema de mercado mundial imperante, orientado hacia el crecimiento sin fin de obtención infinita de beneficios; no podría mantenerse sin la explotación de unas colonias externas e internas: la naturaleza, las mujeres y los otros pueblos [...]".

⁴ De acordo com Cristiane Delphy (2009, p. 174), “‘Patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando)". A dominação do pai (patriarca) sobre os filhos e a mulher é a base para o patriarcado. Pois, segundo Delphy "o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de 'dominação masculina' ou de opressão das mulheres".

⁵ De acordo com Silvio Almeida, “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. [...] Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, p. 24).

ser visto como um mecanismo de **subalternização-dominância-exploração**, além de ser fundamental para se compreender a formação da força de trabalho brasileira e a reprodução desta força de trabalho, pois, como aponta Sueli Carneiro (2003):

[E]ssa necessidade premente de articulação do racismo à questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como as masculinidades subalternizadas (dos homens negros), com prestígio inferior ao de gênero feminino no grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Esse padrão de poder atuou de modo mais enfático no período pós-abolição, quando os imigrantes europeus, recém-chegados no solo brasileiro, tiveram mais acesso às oportunidades de trabalho e às formações de um mercado livre de trabalho do que a população negra recém-liberta. Assim, o homem negro preterido em relação ao seu concorrente estrangeiro (e branco) enfrentou obstáculos para a inserção de sua força de trabalho na ordem competitiva, enquanto as mulheres negras encontraram oportunidades de trabalho especialmente como trabalhadoras domésticas (FERNANDES, 1964). Podemos, então, considerar que o tema da cidadania e da divisão social, racial e sexual do trabalho no Brasil é atravessado por aquilo que Lélia González (1984) denominou “o mito da democracia racial”⁶.

Mesmo após a abolição jurídica da escravatura, persistiu culturalmente, na prática das relações humanas, o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que se constitui pelo não-acesso às oportunidades de educação e mercado de trabalho e pelas divisões e hierarquias raciais e de gênero; isso determinou que as mulheres negras – e originárias – saíssem da condição de trabalhadoras escravas na lavoura ou da cozinha dos senhores brancos rumo ao trabalho em serviços domésticos e de cuidado, mal remunerados e pouco valorizados. É por essa razão que o paradigma da dicotomia rural-urbano, como modelo social e econômico de sociedade a ser seguido, possui suas raízes em um contexto de escravização e servidão, pois, por detrás dessa construção ideológica de uma sociedade industrial moderna ocidental, está, na verdade, um mito de desenvolvimento das sociedades tidas como “subdesenvolvidas”. A diferenciação

⁶A autora Lélia González (1984) nos mostra como o duplo fenômeno do racismo conjugado ao sexismo se constroem como a sintomática de uma neurose cultural no Brasil. Encobrendo e clareando a africanidade que a constitui, reproduzindo efeitos violentos sobre as mulheres racializadas de modo específico. A democracia racial, como todo mito, oculta algo para além daquilo que mostra. A presença das populações racializadas como não-brancas na história nacional se mostra pela sua ausência, invisibilizadas pelos grandes “heróis da pátria”. Na velha dialética entre consciência e memória de acordo com Lélia González, a memória inclui o que a consciência trata de excluir.

entre rural e urbano faz parte de uma construção ideológica e discursiva de manutenção de uma hegemonia branca e masculina (SHIVA E MIES, 2014).

Esse mito do desenvolvimento mobiliza, em realidade, mecanismos coloniais que ainda atuam como forma de subjugação, e mesmo após a abolição da escravatura, a população negra seguiu em posição de subalternizada (FERNANDES, 1964). Ademais, esse mito do desenvolvimento pressupõe um outro mito: o da democracia racial (GONZALEZ, 1984), segundo o qual somos todos iguais perante a lei, mas diferenciados pela cor da pele. Muitos trabalhos tidos como “desvalorizados” – porém fundamentais para a reprodução do sistema econômico – foram relegados às populações mais pobres e em sua maioria negras e indígenas, como é o caso do trabalho doméstico (BERNARDINO-COSTA, 2015; ÁVILA *et al.*, 2008; ABRAMO e VALENZUELA, 2016), pouco valorizado, mal remunerado e, muitas vezes, oferecido em condições subumanas; uma evidência desse descaso é o fato de que sua regulamentação ocorreu somente em 2015. Além disso, os temas de raça e gênero, no Brasil, são de suma importância, como levanta o Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2020:

Em 2018, havia no país 6,23 milhões de pessoas ocupadas na atividade [do trabalho doméstico], segundo dados da PNADC. Desse total, apenas 457 mil eram homens e 5,77 milhões eram mulheres, ou seja, as mulheres correspondiam a 92,7% da categoria. Do total de trabalhadoras, 3,75 milhões eram negras e 2,018 milhões não negras. As mulheres negras, portanto, representavam 65% do contingente de domésticas no país (ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE), 2020).

A forma familiar de produção na região de Ouro Fino (MG) vem gerando uma sociabilidade plural que mostra a dificuldade de delimitar fronteiras entre o rural e o urbano, devido às mudanças nas relações sociais e de trabalho (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012); além disso, a grande presença de bairros rurais e um rural repartido em inúmeras propriedades familiares impulsionam um constante movimento de mercadorias e pessoas entre o campo e a cidade (CAMARGO, 2010). Tendo em vista o contexto político e econômico da cidade, no passado e atualmente, esta pesquisa buscou pensar o quadro do trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino, bem como refletir como ele se encaixa na realidade de desigualdades sociais decorrentes da divisão sexual e racial do trabalho.

ANALISANDO A DINÂMICA DO TRABALHO E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA CIDADE DE OURO FINO (MG)

A metodologia pensada, inicialmente, voltava-se para a realização de procedimentos de triangulação metodológica, com seleção de textos e materiais de significantes da vida

social. O método de Entrevista em Profundidade foi escolhido a fim de compreender os processos das relações sociais do grupo entrevistado. Devido ao cenário internacional pandêmico causado pela Covid-19, o método das entrevistas não foi realizado, portanto, a pesquisa desenvolvida baseou-se na análise de documentos e textos produzidos na cidade e na análise de dados do IBGE e secundários oferecidos por plataformas digitais.

Para pensar o processo de urbanização e modernização como um mito do desenvolvimento e a dita dicotomia rural-urbana, a qual se vale de mecanismos de exploração e dominação advindas da colonização, faz-se necessário refletir acerca da formação territorial da cidade de Ouro Fino, como o fazem Fábio Castilho (2009) e Isaías Pascoal (2007), que se debruçaram sobre a importância econômica da região, direcionada para a produção de gêneros de subsistência para o abastecimento interno e para exportação. Ainda, há que se considerar a relevância política da região para o cenário nacional brasileiro justamente devido à densidade populacional e representatividade política do sul de Minas (CASTILHO, 2009), o qual teve papel fundamental no processo de modernização da força de trabalho local e na urbanização da região.

Podemos afirmar que os centros mais dinâmicos das atividades produtivas estavam ligados ao comércio; por conseguinte, essas áreas demandavam um maior contingente de pessoas escravizadas. De acordo com Isaías Pascoal (2007), a estrutura socioeconômica do escravismo possuía, em função de sua dinâmica interna formada por relações entre “senhor-escravo”/“proprietário-trabalhador livre”, ações políticas. Por este motivo, que o grande contingente de negros escravizados nas atividades de produção tanto de abastecimento interno quanto para a exportação, refletiam na dinâmica política da região Sul de Minas. Além disso, segundo mesmo autor, o trabalho escravo era de suma importância na província de Minas Gerais, onde cerca de 95% da população escravizada estavam empregadas em atividades que não a mineração e cafeicultura (PASCOAL, 2007, p. 264). Fica claro, portanto, que a reprodução do trabalho é elemento fundamental para a reprodução do sistema econômico, e que a produção de artigos destinados ao consumo da população ocorrera concomitante ao período da mineração (CASTILHO, 2009; GODOY e CUNHA, 2008; PASCOAL, 2007).

Esta condição da produção econômica para abastecimento interno e externo, com utilização do trabalho escravo, contribuiu para que o sul de Minas Gerais se tornasse uma das regiões mais dinâmicas social e economicamente do estado no período em evidência, primeiramente com uma condição demográfica significativa, que possibilitou grande influência política entre 1870 e 1920, pois “o sul de Minas possuía uma população ativa de

352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província” (CASTILHO, 2009, p. 23). Castilho (2009) levanta fatores políticos-demográficos da região para entender o processo de transição da força de trabalho escravizada para a do imigrante europeu, com o fato de o fim do escravismo ter sido adiado ao último momento, pois “estas ideias postulavam a troca da mão-de-obra nacional pela europeia, com a finalidade de branquear o país e torná-lo mais civilizado” (CASTILHO, 2009, p. 6). Este processo manteve a utilização da força de trabalho nacional, em serviços ainda associados ao trabalho escravo, enquanto a população imigrante foi destinada ao comércio da cidade e teve acesso às proporções de terras (CASTILHO, 2009; ROSSI, 1981; LEITE, 1941)

A ocupação do território iniciou-se com a exploração dos bandeirantes que, desde 1693, descobriam as primeiras jazidas de “ouro de aluvião” no rio Mogi Guaçu (ROSSI, 1981). Embora entradas⁷ vindas do Rio de Janeiro e da Bahia houvessem percorrido anteriormente a região, foi somente com os bandeirantes paulistas que teve início o povoamento do sul de Minas Gerais. Em 1745, Francisco Martins Lustosa, bandeirante paulista, descobriu ouro na margem esquerda do rio Sapucaí, pertencente ao território paulista; foi condecorado Guarda-Mor “descobridor” pelo governo de São Paulo e ergueram a capela de São Francisco de Paula de Ouro Fino, cujo primeiro vigário foi Padre João Rabelo, em 1749.

Os dois cronistas importantes da história de Ouro fino, Aureliano Leite e Pompeu Rossi, divergem acerca da quantidade de ouro encontrada na região. Para o segundo, “o minério fora extraído com reais vantagens, pelo menos nos primeiros decênios da mineração, embora se tratasse de ouro aluvião” (ROSSI, 1981, p. 43), enquanto que para Leite (1941), “noutras regiões, extraía-se o metal-rei do álveo dos rios. E ele aparecia abundantemente em pepitas ou folhetas, oferecendo fruto compensador do trabalho bruto. Aqui não, o ‘ouro’, ‘fino’, surgia em pó e, sovinamente, aos bocadinhos” (LEITE, 1941, p. 26).

Seja o ouro abundante ou escasso, o período da extração durou pouco, e a economia local se apoiou em agropecuária e agricultura de grãos, como apresentaram Castilho (2009) e Pascoal (2007). Ouro Fino foi uma cidade com grande movimento de boiadas no século XIX, como detalhou Rossi (1981), especialmente nas décadas de 1860 e 1870; contudo, essas

⁷ Estas "entradas" (expedições) foram financiadas pela coroa portuguesa, enquanto que os bandeirantes eram fruto de iniciativas privadas. Expedições pela região do rio Sapucaí se iniciaram em busca de ouro e metais preciosos, e quando não encontrados, retornavam com números consideráveis de “índios” cativos.

boiadas “deixavam sinais desagradáveis da sua passagem. Quando o tempo era seco, a poeira que erguiam toldava o céu, asfixiava, penetrava todos os recantos das casas, dando muito o que fazer as suas donas, para sua limpeza” (ROSSI, 1981, p. 127). Os versos da música do Menino da Porteira, cantados por Sérgio Reis⁸, deram fama à cidade por conta das boiadas do século XX.

A história da cidade de Ouro Fino, bem como o seu grande desenvolvimento econômico e prestígio político, alentados pela ideia de urbanização e civilização, se desenhou a partir de uma clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada, como muito bem pontuou Rossi, pelo capitalismo urbano-industrial somado à grande utilização da força de trabalho escravizada nas fazendas de café e, como apontou Castilho (2009) e Pascoal (2007), nas fazendas produtoras de gêneros de subsistência. Podemos, então, considerar que a gama de trabalho não remunerado e gratuito é responsável pela grande riqueza das famílias abastadas da cidade e arredores.

De fato, Ouro Fino aparece como possuidor de 1.694 escravos no ano de 1885. Ainda assim, o Núcleo Colonial de Inconfidentes recebeu de braços abertos os imigrantes europeus que começaram a chegar na última década do século XIX (CAMARGO, 2010, p. 35). Em Ouro Fino, “em 1890, no Distrito sede foram recenseados apenas 6.767 habitantes”, como apresentou Rossi (1981); devemos nos perguntar se o número de habitantes registrados por Pompeu Rossi contabiliza os escravos da sede de Ouro Fino, devido aos dados mostrados por Castilho, onde considera a população negra. Em 1876, a cidade de Ouro Fino é proprietária de 4,8% do total da população escravizada no sul mineiro, e em, 1885, valia o equivalente de 2,9% do total da população escrava dos municípios do Sul de Minas (CASTILHO, 2009). Podemos perceber que o número de escravizados, ainda que tenha diminuído de 1876 a 1885, representava considerável contingente de população, em condições de escravismo, nas plantações e em outras tarefas.

Além disso, a região sul do estado teve grande importância econômica como produtora cafeeira de exportação ainda no final do século XVIII e na produção agropastoril local e de subsistência; esses fatores, somados à proximidade com o Rio de Janeiro, ajudaram-na a se tornar uma região dinâmica nos séculos XIX e XX, o que possibilitou o aumento de sua influência política (PASCOAL, 2007). Inclusive, a cidade recebeu um investimento para o

⁸ Sérgio Reis (1940) é paulistano nascido no tradicional bairro de Santana. Fez parte da Jovem Guarda na década de 1960 e produziu a música “Menino da Porteira”, até hoje conhecida na cidade de Ouro Fino. FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Reis (acesso em: 17/10/2021).

incentivo à formação de colônias italianas, que, por sua vez, impulsionaram o cultivo de café, com investimento estatal de acesso à terra (ROSSI, 1981) – ao contrário da população escravizada que não teve amparo do governo após a abolição. Essa cadeia de acontecimentos culminou na escolha da cidade como sede da assinatura do Pacto de Ouro Fino – conhecido na historiografia brasileira como “tratado do café com leite” (CAMARGO, 2010; LEITE, 1941; ROSSI, 1933; 1981).

Pode-se aferir, assim, uma relação entre o discurso da modernidade e da urbanização e um modo de vida específico ligado à cultura branca, tida como superior em detrimento do trabalhador negro nacional, escravizado ou não. De fato, o mito do desenvolvimento econômico tinha em seu bojo político o mito da democracia racial, pois via no imigrante branco europeu qualidade e superioridade em todos os traços sociais e culturais, enquanto a população racializada não-branca era vista como inferior cultural e moralmente, destinada aos trabalhos menos prestigiados, com menores salários e desvalorizados socialmente. Portanto, por detrás da ideia de um desenvolvimento social, que mobilizou o processo de urbanização em todo o Brasil, estava uma política massiva de embranquecimento da nação, que acreditava que quanto mais branco, melhor.

O processo de embranquecimento se evidencia na atual composição demográfica da cidade, composta majoritariamente por homens brancos. Em 2017, a população em Ouro Fino era dividida entre 50,11% de homens e 49,89% de mulheres; dessas porcentagens, 79,8% eram brancos, em contraposição a 19,72% de negros. Deve-se mencionar a dificuldade de acesso aos dados relacionados a marcadores de raça e gênero indicados em uma mesma estatística; a ausência de dados importantes sobre indicadores sociais básicos deixa lacunas quanto às reais condições das populações em questão. Quando são levantados indicadores da situação atual do município em relação à educação, segundo sexo e cor, percebe-se mais uma carência nas estatísticas, o que nos impede de medir o acesso e as oportunidades de estudos entre mulheres e homens, negros, indígenas e brancos. Em relação à dicotomia rural-urbana, os dados disponibilizados pelo IBGE, no último censo de 2010, mostram que a cidade de Ouro Fino, com uma população total de 31.568, possui 20.881,9 pessoas no centro urbano, o equivalente a 46,14% da PEA da cidade; sendo uma porcentagem de 24,77% da população total vivendo em zonas rurais, representando uma população economicamente ativa de 15,90%.

Há, ainda, outro dado importante, do período já mencionado: estima-se que apenas 20,4% da PEA de Ouro Fino possuía carteira de trabalho assinada; este ponto é de grande

relevância quando pensamos em quais condições o emprego doméstico na cidade é exercido. Apesar de a luta da categoria doméstica remontar à década de 1930, somente em 2015, com a Lei Complementar 150, conhecida como “Lei das Domésticas”, é que o emprego doméstico ganhou diretrizes da CLT (ÁVILA, 2008; BERNARDINO-COSTA, 2015). O reconhecimento político do seu serviço como trabalho garantiu às trabalhadoras a chance de conquistarem “a regulamentação da jornada de trabalho, com garantia de banco de horas, adicional de hora extra, adicional noturno e pagamento do FGTS” (ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE), 2020, p. 13). Contudo, apesar do avanço político das trabalhadoras quanto ao acesso a direitos básicos da classe trabalhista, pelo fato de o trabalho doméstico ser considerado um serviço urbano, isso inviabiliza a garantia de direitos e de regulamentação dessa ocupação em áreas rurais, como o acesso à previdência, por exemplo. Ademais, há dois agravantes da situação em Ouro Fino: além da cidade não possuir sindicato de trabalhadoras domésticas, de acordo com uma informação recolhida com um informante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o emprego doméstico não é considerado uma ocupação do meio rural.

Todo esse cenário de negligência em relação à situação do trabalho doméstico no meio rural em Ouro Fino, faz com que questionemos o fluxo e movimento das pessoas entre as zonas rurais e urbanas da região, com especial atenção ao movimento do trabalho doméstico e o lugar que ele ocupa na economia local, levando-se sempre em consideração que, muitas vezes, este tipo de serviço não entra como ocupação empregatícia, uma vez que é realizado numa relação de vizinhança e parentesco (BIROLI, 2014). Essa situação se desenha por meio dos dados obtidos através do IBGE, que apontam que, em 2019, 6.876 pessoas ocupavam-se com trabalhos formais; do total de 1.051 de pessoas ocupadas em serviços doméstico, 1.044 são mulheres, dado registrado pelo PNAD, em 2019. Deste total de 1.051 pessoas na ocupação doméstica, apenas 399 possuem carteira de trabalho assinada, contra 66 sem carteira, mas contribuinte para o instituto de previdência, e 586 sem carteira de trabalho e não contribuinte. A partir desses números, pode-se inferir a condição do emprego doméstico na cidade e na região como um todo.

A não contabilização do tempo de trabalho e das atividades exercidas pelas mulheres brancas e população negra se explica justamente por ser difícil estimar o alcance do trabalho doméstico e reprodutivo no meio rural, por este se tratar, na maioria das vezes, de um trabalho não assalariado e não exercido em locais formais. Sua condição de informalidade e pouca regulamentação e fiscalização estatal ajudam a reproduzir as desigualdades das relações

racistas-patriarcais no campo e na cidade, obedecendo às hierárquicas de gênero, geração, raça e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como a pandemia e a falta de informações oficiais acerca do objeto estudado comprometeram as análises em certo grau, podemos considerar que este artigo se centrou, em sua maior parte, nas questões relacionadas à história de Ouro Fino, tendo, de qualquer maneira, cumprido os objetivos propostos.

Assim, a partir dos dados coletados, acusa-se que o trabalho doméstico é um serviço de pouca ou nenhuma regulamentação, pois as informações fornecidas por plataformas de dados evidenciaram uma falta de números oficiais quanto às especificidades laborais da cidade em relação a marcadores sociais, raciais e de gênero. Destaca-se, portanto, a falta que as entrevistas fazem para avaliar as condições de vida e de trabalho e a emergência de pesquisas qualitativas sobre o trabalho doméstico em Ouro Fino.

O debate conceitual apontou que os binarismos da sociedade ocidental se apropriam de trabalhos não-valorizados social e economicamente, como é o caso do trabalho doméstico. O campo e o rural, em contextos colonizados, se valeram de uma estrutura econômica de opressão e dominação, racial e de gênero, antes mesmo da chegada da urbanização. Gênero, classe e raça compõem as sociabilidades, sejam urbanas ou rurais, desde o processo de formação espacial, territorial e de cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís e VALENZUELA, Maria Elena, Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia. et al. (Org.) **Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico**. 1ª ed. Recife: SOS CORPO, 2008;

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BIROLI, Flávia. Família e justiça. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (orgs). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG**. 2010. 236 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/256926>>. Acesso em: 06 out. 2021.

CAMARGO, Regina. Aparecida Leite; OLIVEIRA, Julieta. Teresa Aier. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.

CARNEIRO, Maria. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 6, n.2. p. 53-75, Agosto, 1998.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: _____ **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003. p. 49-58.

CASTILHO, Fabio Francisco de Almeida. Economia Sul-Mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870–1920). **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 4, p. 1-29, 2009.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS - ABPHE, CDROM, Alfenas. **Anais**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. P. 1-38, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Org). **Dicionário Crítico do feminismo**. UNESP: Lutas Sociais, v. 23, p. 173-179, 2009.

_____. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, Brasília, maio-agosto de 2015.

ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. **Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**, n. 96, jul. 2020.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea.; DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) IICA, 2011. p. 37-54.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. España: Traficantes de sueños, 2013.

_____. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In: SILVA, Luíz Antônio Machado da Silva et. Al (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.** Brasília: ANPOCS, 1984.

IANNI, Otavio. Agricultura e mundialização. **Cadernos de sociologia**, p. 11-20, 1994.

LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro-Fino nas Minas-Gerais.** [S.l.]: Empresa gráfica da Revista dos tribunais, 1941.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia (1973). In: MARINI, Ruy Mauro; MARTINS, Carlos Eduardo (comp.). **América Latina, dependencia y globalización.** Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2002.

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e sociedade**, v. 16, n. 2, p. 259-287, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas.** [S.l.]: Imprensa Oficial, 1981.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism.** Zed Books Ltd., 2014.

SILVA, Carolina; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais.** Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, pg. 183-207, 2010.